

AJUDA MEMÓRIA

11ª Reunião da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água – CT-SHQA Belo Horizonte/MG – 12 de abril de 2017

Pauta

A 11ª Reunião da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água – CT-SHQA, realizou-se em Belo Horizonte/MG, na Cidade Administrativa do Estado de MG, Edifício Minas, 2º andar, Salas 6 e 7, no dia 12 de abril de 2017, e cumpriu a seguinte pauta:

- Informes gerais e relato da 12ª Reunião Ordinária do CIF - 30 e 31/mar/2017 - Gisela Forattini/ANA - Coordenadora da CT-SHQA
- Propostas de alteração do TTAC encaminhadas ao CIF – Marcela Maciel/ANA
- Informe sobre os municípios que apresentaram pleitos em atendimento à Deliberação CIF nº 43 – Flávio Tröger/ANA.
- Vistoria técnica nas captações alternativas e ETAs afetadas nos municípios de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares com seus distritos, realizada pelo IEMA em 03, 04 e 05/04 – Rafaeli Brune/IEMA
- Ações em execução pela Fundação Renova relacionada aos Programas sob coordenação da CT-SHQA (Cláusulas 170, 171, 177, 178) – Fundação Renova
- Encaminhamentos finais

Extra-Pauta:

- Informe sobre as ações realizadas pela Fundação Renova nos sistemas de abastecimento de água operados pela COPASA – João Bosco Senra/COPASA

Participantes

As listas de presença com os membros da CT-SHQA e convidados que participaram da 11ª Reunião Ordinária do dia 12 de abril encontram-se no **Anexo I**. Pela primeira vez participaram representantes da Fundação Renova e da empresa Ramboll Environ.

Não houve participação por videoconferência.

Informes

A Coordenadora da CT-SHQA, Gisela Forattini, conduziu a abertura da reunião e apresentou informe (**Anexo II**) com foco na 12ª Reunião Ordinária do CIF, realizada nos dias 30 e 31 de março, com destaque para: aprovação do PMQQS; por meio da deliberação CIF nº 53; ofício do Movimentos dos Atingidos por Barragem (MAB) recebido na reunião do CIF, que resultou na Deliberação CIF nº 58; e proposta de monitoramento, pela Presidência da República, das ações do CIF e das CTs.

Ainda com relação ao PMQQS, a Coordenadora ressaltou a importância dos órgãos gestores de recursos hídricos e órgãos ambientais representados na CT providenciarem a aprovação formal do Plano, em cumprimento à cláusula 179 do TTAC.

Como atividades da CT realizadas após a 10ª Reunião Ordinária da CT-SHQA, foram destacadas pela Coordenadora, entre outras:

- reunião preparatória para o Workshop - *Proposta de monitoramento e comunicação relacionados à qualidade da água para consumo humano nos municípios cujos sistemas de abastecimento foram afetados pelo rompimento da barragem de Fundão*, ocorrida em 28/03/17; na sede da ANA, em Brasília/DF, com a presença dos coordenadores da CT de Segurança Hídrica e Qualidade da Água, da Câmara Técnica de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Informação e da Câmara Técnica de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social, representantes do Ministério da Saúde e especialistas da ANA e encaminhamento de convite a todas as Prefeituras citadas na Cláusula 171 do TTAC e Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde;
- realização do Workshop - *Proposta de monitoramento e comunicação relacionados à qualidade da água para consumo humano nos municípios cujos sistemas de abastecimento foram afetados pelo rompimento da barragem de Fundão*, nos dias 10 e 11 de abril de 2017, em Belo Horizonte/MG;
- recebimento de pleitos dos municípios e resolução de dúvidas com relação ao Programa de coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos;
- encaminhamento do Ofício nº 15/2017 à SEMAD/MG, sugerindo a adoção da metodologia adotada pelo IEMA para as vistorias aos sistemas alternativos de captação de água previstos na Cláusula 171 do TTAC.

Foram destacadas, ainda, as próximas atividades a serem realizadas pela CT, tais como: análise dos pleitos recebidos no âmbito do Programa de coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos por grupo de trabalho da CT SHQA; preparação de cronograma para visita em campo aos sistemas alternativos de captação de água previstos na Cláusula 171 do TTAC; organização de workshop para discutir sistemas alternativos e disponibilidade hídrica.

Por fim, a coordenadora lembrou aos presentes que a próxima reunião da CT-SHQA será em Brasília, na sede da ANA, no dia 12/05/2017.

Propostas de alteração do TTAC encaminhadas ao CIF

A Procuradora Federal junto à ANA, Marcela Maciel, apresentou contextualização sobre os aspectos jurídicos/legais de celebração do TTAC, bem como do Termo de Ajustamento Preliminar celebrado com o Ministério Público Federal, homologado por decisão do dia 16/03/2017.

Foi destacado que o referido Termo de Ajustamento Preliminar, toma o TTAC como base com vistas à celebração de um acordo definitivo (TACF) que coloque fim às lides envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, o que abre a oportunidade de ajustes ao TTAC celebrado.

Foram apresentadas, então as propostas de alteração ao TTAC que dizem respeito aos parágrafos Quarto e Quinto da Cláusula 171, sob coordenação da CT-SHQA.

Também foi observado pela Procuradora, que o monitoramento da água tratada não seria mais objeto de sugestão de alteração na Cláusula 171, uma vez que na 12ª Reunião Ordinária do CIF acordou-se a criação de uma CT de Saúde, a qual será responsável pelo desenvolvimento do tema.

Foi apresentada, ainda, sugestão de nova redação ao Parágrafo Único da Clausula 180, a qual passará à coordenação da CT de Gestão de Rejeitos, conforme decisão do CIF em sua 12ª Reunião Ordinária. A Coordenadora da CT informou que a referida sugestão foi encaminhada ao coordenador daquela CT.

A apresentação feita pela Procuradora encontra-se disponível na forma do **Anexo III**.

Informe sobre os municípios que apresentaram pleitos em atendimento à Deliberação CIF nº 43

O especialista em recursos hídricos da ANA, Flavio Tröger, apresentou informe (**Anexo IV**) sobre a situação dos municípios que encaminharam pleitos à CT-SHQA em resposta ao chamamento realizado em cumprimento à Deliberação CIF nº 43. No momento da apresentação, apenas não constavam disponíveis no sistema de protocolo da ANA pleitos dos municípios de Sem Peixe, Sobrália, Fernandes Tourinho e Barra Longa, computando um total de 35 municípios com pleitos encaminhados. No entanto, este número poderá aumentar, considerando o processo de envio pelos correios e protocolização¹.

O representante suplente do CBH-Doce na CT-SHQA, Ronevon Huebra, perguntou se seria desejável a participação do IBIO na análise dos pleitos. A Coordenadora da CT-SHQA afastou essa possibilidade, informando que o próprio IBIO já havia se declarado impedido por conflitos de interesse. Informou, ainda, que as análises serão feitas pelos representantes da FUNASA, do MCidades, da ANA, da SRHU/MMA, da Sedurb/ES e da SECIR/MG, na CT-SHQA.

O representante de Rio Doce, Antônio Emílio de Freitas Santos, informou que irá encaminhar ofício assinado por alguns municípios indicando que só realizarão o pleito dos recursos para resíduos sólidos após concluírem os estudos de implantação de solução consorciada.

O representante da COPASA, João Bosco Senra, levantou que o ofício de encaminhamento da cidade de Timóteo apresenta diferença em relação aos percentuais para esgoto (10%) e resíduos (90%).

Flavio Tröger concluiu sua apresentação com sugestão de cronograma de trabalho para análise dos pleitos, considerando a data limite de 16/06/2017, de acordo com a Deliberação CIF nº 41.

Vistoria técnica nas captações alternativas e ETAs afetadas nos municípios de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares com seus distritos, realizada pelo IEMA em 03, 04 e 05/04

A técnica do IEMA, Rafaeli Brune, fez apresentação (**Anexo V**) sobre vistoria técnica realizada pelo Grupo Técnico de Enfrentamento da Crise Ambiental no Rio Doce – GTECAD do IEMA às captações alternativas e às 10 ETAs afetadas pelo desastre nos municípios de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares com seus distritos. A vistoria ocorreu no período de 03 a 05 de abril, sendo a quinta realizada pelo IEMA a partir de março de 2016.

Apesar de alguns problemas pontuais, os representantes do IEMA presentes à reunião consideraram que as ações executadas pela Fundação Renova no Estado do ES, referentes à implantação de

¹ Informação obtida na data de elaboração desta ajuda memória, 13/04/2017, aponta que 38 municípios encaminharam pleitos, restando apenas informações do município de Barra Longa/MG.

captações alternativas e melhorias das ETAs estão de acordo com o previsto no Plano de Ações para o período chuvoso 2016/2017.

As ações que merecem mais atenção referem-se à localidade de Bonisegna, no município de Marilândia onde o abastecimento de água tratada dá-se por meio de carros pipa. Foi relatado que os carros pipa estão despejando a água tratada em poço raso e não nos reservatórios apropriados, tornando a água tratada vulnerável à contaminação. Foi solicitado aos representantes do IEMA que apresentem solução para o problema, a ser repassada posteriormente ao CIF. A representante do Ministério da Saúde comprometeu-se a solicitar à vigilância local análise microbiológica da água armazenada no poço.

Outra preocupação destacada pelo IEMA refere-se à captação localizada no rio Pequeno, que após a construção de contenção no local, apresentou alterações na qualidade da água, pois passou a ter características de um ambiente lântico. Foram detectadas macrófitas no local próximo à captação. No âmbito de Ação judicial, um grupo de trabalho formado por servidores do IEMA, AGERH e a SEAG elaboraram um Termo de Referência (TR) para apresentar a melhor solução ambiental para retirada total, manutenção ou outras formas de barragens localizadas no município de Linhares. Esse TR foi protocolado no CIF pela Fundação Renova, porém o CIF manifestou-se afirmando que não cabe a ele a aprovação do TR. Diante disso, a Justiça de Linhares estabeleceu que a Samarco deve dar cumprimento imediato ao estabelecido no TR. A Samarco informou que a empresa que executará o TR será contratada pela Fundação Renova. Porém, na audiência realizada no dia 04/04/17, a Procuradoria de Linhares e a Samarco não chegaram num consenso quanto a redação do Termo de Acordo para cumprimento do TR. Uma nova audiência foi agendada para o dia 16/05/17.

Também se destacou que a adutora da Lagoa Nova, operada pelo SAAE de Linhares, segundo seu diretor, apresenta custos elevados com energia para sua operação, não sendo viável sua operação sistemática.

A coordenadora da CT-SHQA ressaltou o envio de ofício à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de MG, no sentido de solicitar que aquele estado promova vistorias nos mesmos moldes que o IEMA /ES.

A representante do IGAM, Regina Márcia Pimenta, realmente ainda não houve vistorias por parte MG nas captações alternativas, e que o órgão responsável por essa ação seria a SECIR, não a SEMAD/MG. Nesse sentido, a Coordenadora da CT-SHQA enviará ofício com mesmo teor solicitando esse apoio à SECIR. O representante da COPASA ofereceu apoio a estas atividades.

O representante da EY, Cesar Sarsur, sugeriu a construção de um documento, em conjunto com a Fundação Renova, contendo uma proposta base para definição da documentação mínima requerida e do fluxo de aprovações a ser aplicado na execução das obras previstas no âmbito do Programa de melhoria dos sistemas de abastecimento de água. Adicionalmente, a EY elaborará uma proposta contendo os procedimentos de asseguarção destinados a vistoria das soluções alternativas e ETAs, executadas pela Fundação para atendimento a cláusula 171 do TTAC pela Renova. Ambos documentos deverão ser apresentados na próxima reunião da CTSHQA.

A Fundação Renova informou que encaminhará versão revisada do relatório de implantação das captações alternativas e melhorias das ETAs, entregue em 14 de março, até o final do mês de abril. A CT-SHQA aguardará essa versão para posterior análise.

A coordenadora da CT-SHQA propôs a realização de workshop em maio envolvendo SAAEs, COPASA, Renova e Consultoria Rhama contratada para realizar estudo de Disponibilidade Hídrica das fontes alternativas, e membros da CT-SHQA para tratar da temática, possivelmente em Governador Valadares.

Mônica Vaz, do IBAMA/MG, levantou a questão de identificação de contaminação por Fe e Mn em poços na bacia do rio Doce em estudo conduzido pela UFRJ e Green Peace. Rafaeli, do IEMA, destacou, no entanto, que esse tipo de problema não teria relação com o acidente, sendo um problema característico da região previamente ao desastre.

Informe sobre as ações realizadas pela Fundação Renova nos sistemas de abastecimento de água operados pela COPASA – Extra-pauta

O representante da COPASA, João Bosco Senra apresentou o Relatório Técnico nº 3/2017 (**Anexo VI**), elaborado pela COPASA, sobre ações realizadas em cinco localidades nas quais a COPASA atua, sendo: Periquito, Alpercata, Resplendor, Itueta (Sede e Distrito de Quatituba) e Tumiritinga.

Com base nas vistorias realizadas por aquela Companhia às referidas localidades, a COPASA conclui em seu relatório que a Fundação Renova não executou todas as obras informadas no Relatório Consolidado entregue em 14 de março nos sistemas de abastecimento operados pela COPASA, e não deu prosseguimento aos encaminhamentos acertados entre as partes conforme as atas de reuniões entregues, anexas.

Ações em execução pela Fundação Renova relacionada aos Programas sob coordenação da CT-SHQA (Cláusulas 170, 171, 177, 178)

Representantes da Fundação Renova realizaram apresentação (**Anexo VII**).

Destaca-se, com relação ao PMQQS, que a Fundação está em fase de contratação de laboratórios credenciados. Foi informado que serão contratados 2 laboratórios: 1 para o PMQQS e outro para monitoramento das intervenções (Cláusula 178) e que já estão avaliando as propostas técnicas. Cinco laboratórios entregaram proposta. Será contratada, ainda, consultoria especializada para análise técnica dos dados e envio dos relatórios a serem protocolados nas CTs.

Com relação às estações automáticas, foi informado que a Fundação concluiu o processo de compra e já está em fase de instalação dos 22 pontos do PMQQS, tendo sido obtidas quase todas as autorizações.

Houve divergência com a AGERH relacionado a um ponto que deveria ser implantado na ponte de Baixo Guandu, para o qual a Renova apresentará justificativa de implantação em outro local próximo, às margens do rio.

Também foram apresentadas as ações da Renova com relação à implantação das captações alternativas e melhorias dos sistemas de abastecimento de água.

Resumo dos Encaminhamentos

Com base nos relatos que constam da presente ajuda memória, destacam-se os seguintes encaminhamentos:

- Deverá ser providenciada pelos órgãos gestores de recursos hídricos e órgãos ambientais a aprovação formal do PMQQS, em cumprimento à Cláusula 177, Parágrafo Segundo e à Cláusula 179 do TTAC – presentes na reunião representantes da ANA, IGAM/MG, FEAM/MG, IEMA/ES e AGERH/ES.
- A análise dos pleitos recebidos no âmbito do Programa de coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos por grupo de trabalho da CT SHQA, composto pelos representantes da FUNASA, do MCidades, da ANA, da SRHU/MMA, da Sedurb/ES e da SECIR/MG, na CT-SHQA, de acordo com o seguinte cronograma:

04/04/2017 – Fim do prazo para envio das propostas

25/04/2017 – Reunião do GT (análise preliminar)

12/05/2017 – Apresenta resultados preliminares para CT-SHQA

01/06/2017 – Reunião GT (consolidação das análises)

08/06/2017 – Apresenta resultados para CT-SHQA e minuta de NT

16/06/2017 – Envio de NT da CT-SHQA para o CIF

- Serão encaminhadas ao CIF, pela Coordenadora da CT-SHQA, as propostas de alteração ao TTAC que dizem respeito aos parágrafos Quarto e Quinto da Cláusula 171, sob coordenação desta CT.
- Foi solicitado aos representantes do IEMA que apresentem à CT-SHQA proposta de solução para o problema relatado a partir de vistoria realizada na localidade de Bonisegna, Município de Marilândia, a ser repassada posteriormente ao CIF. Ainda sobre o tema a representante do Ministério da Saúde comprometeu-se a solicitar à vigilância local análise microbiológica da água armazenada no poço.
- A Coordenadora da CT-SHQA enviará ofício à SECIR/MG, com mesmo teor daquele encaminhado à SEMAD/MG, solicitando apoio àquele órgão na realização de vistorias às ETAS e às captações alternativas propostas nos municípios do Estado de Minas Gerais, nos mesmos moldes que o IEMA/ES vem realizando. O representante da COPASA ofereceu apoio a estas atividades.
- O representante da EY, Cesar Sarsur, sugeriu a construção de um documento, em conjunto com a Fundação Renova, contendo uma proposta base para definição da documentação mínima requerida e do fluxo de aprovações a ser aplicado na execução das obras previstas no âmbito do Programa de melhoria dos sistemas de abastecimento de água. Adicionalmente, a EY elaborará uma proposta contendo os procedimentos de asseguarção destinados a vistoria das soluções alternativas e ETAs, executadas pela Fundação para atendimento a cláusula 171 do TTAC pela Renova. Ambos documentos deverão ser apresentados na próxima reunião da CTSHQA.
- A Fundação Renova informou que encaminhará versão revisada do relatório de implantação das captações alternativas e melhorias das ETAs, entregue em 14 de março, até o final do mês de abril. A CT-SHQA aguardará essa versão para posterior análise.

- A coordenadora da CT-SHQA propôs a realização de workshop em maio, possivelmente em Governador Valadares, envolvendo SAAEs, COPASA, Renova e membros da CT-SHQA para tratar das ações previstas na Cláusula 171, relativas ao Programa de melhorias dos sistemas de abastecimento de água.